

VII – A ação governamental a colonização

Fernando Henrique Cardoso
Geraldo Müller

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 110-121. A ação governamental: a colonização. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

VII – A ação governamental: a colonização

As experiências de colonização dirigida são antigas no Brasil. Mesmo na região amazônica, elas datam de muito antes do atual programa de colonização impulsionado pela SUDAM e pelo INCRA. Para dar uma ideia dos principais núcleos coloniais da região amazônica anteriores à nova fase da colonização, resumimos na página seguinte algumas informações extraídas de documento produzido por um organismo oficial.

Também a colonização privada foi ativa na região amazônica embora esparsamente. Nos dois casos houve aproveitamento de colonos brasileiros, mas também de imigrantes, especialmente japoneses. Estudos de caso¹¹⁶ feitos na área (núcleos de Bela Vista, Monte Alegre, Guamá, Bernardo Sayão, Ouro Preto, Iguatemi, Rio Preto, Alto Tomé e Barra do Corda), que abrangem 117 famílias, mostram que o fluxo de migrantes obedeceu a correntes diversas, originárias tanto do nordeste (principalmente) quanto de Minas e Bahia, bem como de Estados sulinos, como São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Neste caso, os migrantes dirigem-se para a Região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás). Mostrou ainda este último estudo que no fluxo dos antigos migrantes para a Amazônia verifica-se o habitual percurso por etapas e que eles são, basicamente, intrarrurais.

Na avaliação destas experiências anteriores de colonização os autores concluem, que “num esforço de síntese, pode-se dizer que a possibilidade de uma comercialização rentável foi o fator que se mostrou decisivo na determinação do nível de renda dos colonos” (p. 97). Esta, não obstante, à luz dos dados expostos, nunca foi razoável. O nível médio de produção para o autoconsumo é elevado, variando de 49%, no núcleo de Bernardo Sayão, ao norte de Goiás, a 29% da produção total (colônia e Iguatemi que, segundo o estudo, diferencia-se dos outros núcleos porque se organizou “de baixo para cima”, ao redor das “relações naturais de vizinhança”). Os dados sobre renda média e sobre a variação interna da renda mostram que esta, além de ser modesta nos núcleos, é tanto mais desigual entre *os parceiros* quanto mais antigas são as colônias. Mostram também que a renda monetária é decorrência do aproveitamento de culturas, como a da pimenta, que têm comercialização ampla.

¹¹⁶ TAVARES, J. P. et ai, Colonização Dirigida no Brasil, op. cit., pp.142 e ss.

<i>Colônia</i>	<i>Unidade de Federação</i>	<i>Iniciativa</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Data da Fundação</i>
Barra do Corda	Maranhão	Federal	330.000	1946
Marianópolis	Maranhão	–	35.000	1959
Rosário	Maranhão	Estadual	–	–
Maruí	Maranhão	Estadual	–	1960
Estrada Nova	Maranhão	Estadual	–	1962
Tapajós	Pará	Federal	1040	1927
Daini – Tomé-Açu	Pará	Privada	28.500	1930
Monte Alegre	Pará	Federal	443.000	1942
Guamá	Pará	Federal	33.105	–
Belterra	Pará	Federal	–	–
Matapi	Amapá	Federal	8134	1930
Cruzeiro	Amapá	Federal	1.100	–
Bela Vista	Amazonas	Federal	300.000	1942
Cantá	Roraima	Federal	1.500	–
Taiana	Roraima	Federal	2.000	–
Iata	Rondônia	–	180.000	1945
Candenas	Rondônia	–	18.000	1949
Várias	Acre	Municipal	–	1912-1913-1908

Fonte: TAVARES, Vânia Porto *et al.*, *Colonização Dirigida no Brasil*, *op. cit.*, dados constantes do apêndice n.º 1, pp. 142-144.

Apesar do modesto êxito destes empreendimentos, os autores comparam os custos do investimento necessário à geração de um emprego no setor agrícola com os do setor industrial (Cap. IV) e concluem favoravelmente aos esforços pelos assentamentos rurais. Como, por outro lado, o IBRA calculou, com ajuda da FAO, que há no nordeste não menos do que 1.300.000 famílias subempregadas (p. 129) e sabe-se que, mesmo numa hipótese altamente otimista, de reorganização completa da economia agrícola nordestina (reforma agrária, imigração, colonização dirigida), não se poderiam ocupar mais do que 560000 famílias, haveria ainda 309.000 famílias (em 1970) para as quais “é a colonização dirigida na Amazônia que oferece maiores possibilidades de absorver essa população subempregada” (p. 132).

A colonização dirigida aparece, portanto, como um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas como uma alternativa para a “pressão” demográfica em certas áreas do país. Uma espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores sem que medidas drásticas sejam tomadas para reestruturar o estatuto da propriedade.

Entretanto, entre esta solução teórica e os avanços efetivos da colonização a distância é grande. Com base nos dados fragmentários disponíveis, convém verificar os resultados da SUDAM e do IBRA na área da colonização dirigida.

Começemos resumindo as informações prestadas por um diretor do INCRA à Escola Superior de Guerra¹¹⁷ (Tabela XVII).

XVII – Colonização Oficial (até junho de 1973)

<i>Projetos</i>	<i>Localização</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Lotes (em ha)</i>	<i>N.º de famílias</i>	<i>População</i>	<i>Data da fundação</i>
<i>Ouro Preto</i>	Rondônia (BR 364)	450000	1800 de 100 +200 de 200	atual: 3500 próximas zonas 7000	21000	1970
<i>Sidney Galvão</i>	Rondônia (BR 319)	200000	826 (310 já ocupadas)	projetada: 1500 atual: 310	2000	1972
<i>Guamá</i>	Pará (a 72 km de Belém)	28037	600 (478 já demarcadas)	atual: 478	2676	1957
<i>Ji-paraná</i>	Rondônia (BR 364)	400000	980 já demarcados, de 100 em média	1000 projetadas	–	7/1972
<i>Altamira I</i>	Pará (Transamazônica)	–	568 rurais e 1422 urbanos já demarcados	previstas para fins de 1972: 3000 assentadas 6 – 1972: 2550	–	–
<i>Marabá</i>	Pará (Transamazônica)	–	600	675	–	–
<i>Itaituba</i>	–	–	100 rurais	572	–	1972
<i>Tabatinga</i>	Amazonas (entre Colômbia e Peru)	–	–	–	–	Projetado

Fonte: Departamento de Projetos e Operações – DP.

¹¹⁷ Informe sobre “Colonização na Amazônia Brasileira” apresentado pelo Sr. Hélio da Palma Arruda, diretor do Departamento de Projetos e Operações, do INCRA, 1973.

Utilizando a mesma fonte oficial, pode-se ter uma ideia do alcance da colonização dirigida sob controle da iniciativa privada (Tabela XVIII).

XVIII Colonização particular

<i>Projeto</i>	<i>Empresa</i>	<i>Município</i>	<i>Estado</i>	<i>Área</i>	<i>Lotes rurais</i>	<i>Lotes urbanos</i>	<i>Lotes implant.</i>	<i>Observações</i>
Daini – Tomé-Açú	JAMIC	Daini – Tomé-Açú	PA	25800	720	-	10 anos	Principal exploração pimenta-do-reino Culturas de subsistência Campo de experimentação
Gleba Celeste	SINOP	Chapada dos Guimarães	MT	67597	538	4600	10 anos	Está prevista a construção de três cidades (centros comunitários), estando a área dividida em três glebas. Somente a 1ª está implantada. Pecuária, hortelã, pimenta, café, etc.
Gleba Massapé	IMCOL	Diamantina	MT	8887	206	-	8 anos	Culturas diversas, especialmente arroz. Colônia em franco desenvolvimento.
Núcleo Rural Vitória	SOMEKO	Ivinhema	MT	6372	313	-	10 anos	Colônia em franca prosperidade. Culturas de café, soja, milho e pecuária de grande porte.
Canarana	31 de março	Barra do Garças	MT	39851	80	-	2 anos	Pecuária de grande porte Projeto em fase de implantação 80 famílias em 1ª etapa.
6°, 7° e 21° perímetros	Conomalia	Porto dos Gaúchos	MT	13712	254	-	-	Os projetos do 6°, 7° e 21° perímetros foram aprovados pelo INCRA e os demais órgãos que o antecederam.

Fonte: Departamento de Projetos e Operações DP.

Complementando esta informação, dado que existem poucas informações sistemáticas sobre o esforço da colonização, convém reproduzir ainda um quadro sobre Projetos de Apoio ao Plano de Integração Nacional (PIN), no qual se resumem informações e projeções quanto ao número de famílias que, em 1972, estavam projetadas e aquelas que estavam assentadas em alguns projetos:

Projetos de apoio ao PIN

<i>Projetos</i>	<i>Localização</i>	<i>Assentamento de Famílias</i>		
		<i>Projetado (1972) n.º</i>	<i>Executado n.º</i>	<i>A executar (1972) n.º</i>
<i>Altamira</i>	Pará	3000	2550	450
<i>Marabá</i>	Pará	1000	600	400
<i>Itaituba</i>	Pará	500	500	-
<i>Ouro Preto</i>	Rondônia	1079	1079	-
<i>Sidney Girão</i>	Rondônia	500	210	290
<i>Giparaná</i>	Rondônia	500	67	433
<i>Barra do Corda</i>	Maranhão	500 ¹	238	262
<i>Bernardo Sayão</i>	Goiás	515	515	-
<i>Total</i>	-	7594	5759	1835

Fonte: "Colonização da Amazônia", PIN, Brasília 1972, p.32.

¹ Existem na área 3500 famílias, as quais devem ser reassentadas até 1973.

Em resumo, sejam as 5759 famílias já assentadas, segundo o PIN, sejam um pouco menos numerosas, segundo a outra fonte que usamos ou, ainda, sejam as 7594 projetadas, somadas a todas as que a iniciativa privada tenha imaginado instalar na área, os números são necessariamente modestos quando comparados com as mais de 300.000 famílias que, em 1970, por cálculos otimistas, deveriam deslocar-se do nordeste, ou com a vastidão da área a ser ocupada na Amazônia. Esta observação, que se impõe a qualquer analista, não visa diminuir o esforço feito, mas dimensioná-la às proporções do problema real.

Em cada um dos projetos assinalados, e especialmente nos núcleos instalados ao redor da Transamazônica (Marabá, Altamira, Itaituba), houve concentração de esforços oficiais para criar as condições mínimas de infraestrutura econômica, social, sanitária e educativa para a área. Seria fastidioso repetir os números oficiais sobre cada uma destas colônias e cidades, mas vale a pena tomar duas delas (mesmo que as informações disponíveis sejam esparsas e precárias), Altamira e Marabá (na

Transamazônica), porque foi nelas que se concentrou o peso das políticas públicas, para avaliar os resultados.

Altamira – Dois decretos permitiram ao INCRA a realização do projeto Altamira: Decreto nº. 65.557, de 12/11/70, que cria a área prioritária de reforma agrária, e Decreto nº. 68.443, de 29/03/71; que fixa um polígono de 64 mil quilômetros quadrados, como terras de interesse social, para desapropriação.

O INCRA, até 30/06/1973, selecionou e colocou 2550 famílias na área, organizadas em comunidades rurais. O plano prevê 3000. Os projetos executivos são feitos pelo INCRA, mas a execução fica com a iniciativa privada, com concorrência pública. As diretrizes básicas do órgão foram as seguintes:

1. Assentamento em 3 módulos de colonização, um para cada mil famílias.
2. O colono pode morar e trabalhar no lote, ou morar na cidade e trabalhar no lote (o projeto inclui urbanismo rural).
3. O investimento será compatibilizado com a diretriz do PND (baixa densidade inicial do fator capital) e com a disponibilidade de recursos do PIN (Plano de Integração Nacional) para a colonização da Amazônia.
4. A implantação está prevista para 1972/74.
5. A estabilização deve ocorrer por volta de 1976.
6. O INCRA só inicialmente se encarregará das atividades referentes a educação, saúde e saneamento básico, pois isto ficará com os respectivos ministérios (tanto a construção quanto o equipamento e o funcionamento das unidades). A verba necessária também ficará por conta de cada ministério.

Antes da aplicação do projeto do INCRA o município de Altamira apresentou a seguinte evolução populacional:

População	1960	%	1970	1971	%
Total	11.987	100	15.428	23.211	100
Urbana	3055	25,5	5816	9000	37,7
Rural	8932	74,5	9612	14.111	62,3
Densidade demográfica	0,05 hab/km			0,10 hab/km	

Fonte: IBGE, citado no Projeto Integrado de Colonização Altamira I, República Federal do Brasil, Ministério da Agricultura, INCRA, Brasília, março 1972.

O incremento nessa década foi de quase 29% (total), 90% na parte urbana e 7,6% na rural.

Em 1971 já se notavam os efeitos da colonização. (Em 1972 caiu a população porque houve um desmembramento para a criação de dois novos municípios.) No primeiro semestre de 1971 foi grande o fluxo migratório para o município, principalmente para a zona rural. O maior contingente de famílias era originário do nordeste, quase 58% do total; seguiam-lhe o Pará (quase 17%), Minas Gerais (7,5%), São Paulo (5%), Rio Grande do Sul (4,4%), só para citar as áreas de origem mais significativas (consoante informações do Relatório do Posto de Altamira, março de 1972, elaboração GT/PLAN/INCRA, citado no Projeto Integrado de Colonização Altamira I, INCRA). Até 22/03/72, estavam instaladas sete agrovilas, entre os km 20 e 117 do trecho Altamira-Itaituba.

Houve uma desistência da ordem de 10%, totalizando 249 pessoas. Alguns casos foram relatados pelo jornal *O Estado de São Paulo*; em outubro de 72, voltaram 48 famílias gaúchas; em dezembro de 72, voltaram 7 famílias catarinenses, sem sequer ver o lote; só ao verem a cidade; em dezembro de 72, o INCRA ofereceu emprego a mais 7 famílias catarinenses na serraria para ficarem e ficaram; e entre novembro e dezembro de 72 chegaram 120 famílias, que só puderam ser aproveitadas como mão de obra pelo INCRA, pois as chuvas impediam a preparação dos lotes.

Ainda segundo *O Estado*, existem em Altamira 9 mil crianças em idade escolar, para serem atendidas por 13 escolas; segundo o diretor do INCRA, Moura Cavalcanti, existem 13 professoras que atendem 1500 alunos, com 90% de frequência escolar.

Por outro lado, no ano agrícola de 1972/1973 foram plantados 4338 ha de arroz, 2039 de feijão, 3342 de milho e, em menor escala, café, cacau, pimenta-do-reino e banana, perfazendo um total de 9210 ha cultivados (segundo relatório apresentado à E.S.G.). Havia ainda 706 bovinos, 1505 suínos e 14644 aves. Houve uma produção de 32.310 litros de leite, 62.329 dúzias de ovos e 310 quilos de queijo.

Como se pode observar, as informações são assaz fragmentárias e minguadas, o que impede a formação de um quadro mais acabado sobre o desenvolvimento da “área prioritária de reforma agrária”, Altamira. As indicações acima propiciam, no entanto, uma primeira visão, impressionista

sem dúvida, de uma das áreas onde os órgãos públicos se empenharam em ingentes esforços para demonstrar que a política estatal de criar pequenos módulos, germes de uma imensa organização social de caráter mercantil, é viável. Outra área, mais importante em termos de esforços e aplicação de uma colonização “planejada” e população implicada, é a de Marabá.

Marabá¹¹⁸ – O INCRA desenvolve em Marabá um projeto que envolve a regularização e distribuição de terras devolutas a interessados (posseiros já fixados no local também), a demarcação e delimitação de terras e levantamentos topográficos de campo dos patrimônios públicos ou, particulares.

Entre Marabá e Altamira estão demarcados lotes com 500 metros de frente e 2000 de fundo, sem considerar as limitações de recursos, como tipo de solo e topografia acidentada do terreno. Na região de Marabá, até fins de 1971, ocorreu o assentamento de 71 famílias, em sua maioria da região. Em novembro de 1972 havia 600 famílias de *parceiros* assentadas ao longo da Transamazônica, a partir do km 36, no sentido Marabá-Altamira. Dez lotes formam uma gleba e até 1973 havia 72 lotes, com um índice de 80% de ocupação, com colonos do norte e nordeste do país. O índice de evasão dos colonos, desde que a primeira família se estabeleceu, em 1971, é relativamente baixo, estando por volta de 5 a 10%.

O INCRA está fazendo um viveiro de cacau, com cerca de 5000 mudas, já em ponto de transplante (município de Marabá). Pretende introduzir o cultivo do cacau nos lotes mais bem sucedidos. O financiamento é feito pelo convênio entre o Banco do Brasil e a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, do Ministério da Agricultura).

Ao contrário da colonização de Altamira, procura-se ocupar lotes por toda a extensão da estrada, com pouca penetração nos lotes das glebas vicinais. Inicialmente foram introduzidas 25 famílias, oriundas de Brasília, que encontraram dificuldades de adaptação. Com a observação do comportamento e produtividade do trabalho destes *parceiros*, foi-se dando preferência à introdução de colonos provenientes da região – programou-se o desenvolvimento da colonização espontânea. Com o plano de colonização, o *parceiro* deve respeitar 50% da cobertura vegetal da área

¹¹⁸ As informações sobre Marabá foram extraídas principalmente do estudo feito pela Hidroservice, *Plano de Desenvolvimento Integrado da Área da Bacia do Rio Tocantins*, vol. I, São Paulo, agosto de 1973. A pesquisa foi feita em novembro de 1972.

de cada lote como reserva florestal. O INCRA pretende no futuro planejar a área a ser conservada, para formar um maciço verde. A topografia da região é bastante irregular, com declives bem acentuados. O colono toma posse do lote ao azar, sem saber de sua potencialidade (solo, aguada, recursos extrativistas etc.).

Mas antes de *tornar-se parceiro*, o candidato passa por um processo de seleção. Sem dúvida, vem para tentar uma melhora no padrão de vida, motivado geralmente pela ideia de vir a ser “um futuro proprietário garantido pelo governo” Provém, em sua maioria, do Maranhão, Ceará e Piauí, sendo poucos os de origem sulista. Vem para Marabá com seus próprios recursos e sem muitos conhecimentos (tanto de técnicas agrícolas quanto do que vão encontrar). Em Marabá são identificados e pré-selecionados, preenchendo um formulário através do qual o INCRA procurará avaliar o seu potencial (Normas de Preenchimento de Formulário de Identificação e Classificação de Candidatos e Parceiros I.C.). Neste formulário constam: idade do candidato, sexo, idade do conjunto familiar, força de trabalho, anos de trabalho e outros itens. O candidato deve alcançar o mínimo de 500 pontos.

Segundo o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de 30/11/64, art. 25, referente à aquisição de terras em projetos de assentamento de agricultores), as condições exigidas são:

- maioria;
- sanidade;
- bons antecedentes ou reabilitação;
- não ser funcionário público, autárquico, de órgão pára-estatal ou que exerça atividades pára-fiscais;
- não possuir imóvel rural, salvo quando este não alcançar a dimensão da propriedade familiar da região ou for comprovadamente insuficiente para o sustento próprio e o de sua família.

Prevê, ainda, condições preferenciais para a aquisição de lotes, obedecendo à seguinte ordem:

- ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela diretamente ou por intermédio de sua família;

– aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados ou arrendatários;

– aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar da região;

– aos agricultores cujas propriedades sejam insuficientes para o sustento próprio ou de sua família;

– aos tecnicamente habilitados, na forma da legislação em vigor, ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas.

Após a pré-seleção, o candidato vai à hospedaria do km 97, onde fica durante 15 dias, para adaptação, à espera da definição do lote.

As condições econômicas são precárias. O colono tem sua sobrevivência garantida por 6 a 8 meses, através do salário mínimo financiado pelo INCRA, a ser restituído no prazo de 20 anos, com 2 de carência. O lote tem seu preço por volta de Cr\$ 2.200,00, com as mesmas condições de pagamento. Durante estes primeiros meses há um atraso do financiamento, o que leva o colono a retirar na cantina da agrovila, em gêneros alimentícios, o equivalente ao salário.

Ao entrar no lote, o colono constrói um tapiri (casa local), com folhas de babaçu, troncos de açaí e cipó; ou então o INCRA pode construir por Cr\$ 900,00 a Cr\$ 950,00, importância que se inclui no custo do lote, em iguais condições de quitação. Quando o lote se situa num raio de 5 km da agrovila, o colono pode optar por uma casa construída neste núcleo pelo INCRA. Atualmente o INCRA começa a construir casas de madeira nos lotes, opcionais, a Cr\$ 8.500,00, padronizadas e financiadas, como o lote. Todas as operações são financiadas, obviamente que através de hipoteca do lote e das benfeitorias; enfim, do trabalho futuro. Também para as operações produtivas o financiamento é o ponto de partida.

O convênio ABCAR-Banco do Brasil financia o colono e dá a orientação técnica. O teto do financiamento agrícola era em 1972 o seguinte:

Cr\$ 7.000,00/quadra (4,84)	para a broca e derrubada da mata
Cr\$ 300,00/ha	para o plantio de arroz
Cr\$ 120,00/ha	para o plantio de milho

Isto é pago com a venda da produção, no prazo máximo de um ano. Com aprovação do financiamento, este é entregue parceladamente, inicialmente para a derrubada, depois para o encoivramento, aquisição de semente e plantio, e finalmente, para a limpeza do terreno cultivado e colheita.

O colono adquire sementes e ferramentas, machado, foice, facão, enxada e plantadeira tico-tico no próprio armazém da agrovila, ou em Marabá.

A crônica oficial sobre o avanço do projeto Marabá registra:

O projeto Marabá já conta com uma agrovila construída; uma agrópolis em acelerado ritmo de edificação; duas serrarias com capacidade unitária de 30 m³/dia, estando uma delas já em pleno funcionamento; um armazém de produção da CIBRAZEM em fase de instalação; 3 escolas rurais; um posto de seleção e hospedaria para colonos; 110 km de estradas vicinais; várias casas de funcionários em construção etc. A produção agrícola do projeto em seu primeiro ano atingiu 6000 sacos de arroz, 2000 sacos de milho e 1000 sacos de feijão. Cerca de 50% foram comercializados sob financiamento do Banco do Brasil, uma parte pelo esquema INCRA/COBAL e o restante foi vendido diretamente em Marabá.¹¹⁹

O caráter mercantil da colonização exige um tal desempenho financeiro do colono que ele nem sempre está à altura de consegui-lo. As condições locais permitem, no entanto, que o colono desloque parte de seu dinheiro, que iria servir para a aquisição de bens de consumo, para o ressarcimento de dívidas. Nesse sentido os colonos costumam cultivar, em fundo de quintal, hortaliças, abóboras, milho, melancia, feijão etc., para consumo próprio. Se houvesse maior planejamento, o INCRA poderia determinar qual a cultura a ser feita no lote, dadas as condições de solo etc. Isto não é feito. O colono costuma consumir os gêneros que encontra na cantina da agrovila, além da caça (veado, paca, anta, tatu, jabuti, caititu, macaco e lebre) e da pesca, que depende da existência de igarapés nas cercanias do lote.

O colono conta com assistência médica gratuita no SESI; na agrovila há apenas uma farmácia de primeiros socorros. Não há na colonização um

¹¹⁹ Fonte: *Colonização da Amazônia*, PIN, outubro de 1972.

serviço atuante de assistência social e médica, que procure orientar os colonos quanto à higiene pessoal e das habitações, alimentação e saúde. Na cidade de Marabá a Fundação SESP mantém um hospital com 40 leitos, onde atende mais ou menos 100 pessoas por dia (*O Estado de São Paulo*, 04/02/1973). O Ministério do Trabalho, por intermédio do FUNRURAL e do IPASE, construiu outro hospital. O INPS doa Cr\$ 32.000,00 e o FUNRURAL Cr\$ 17.000,00, mensalmente, para sua manutenção. Na agrovila (km 42, 60 famílias) não há médico e ocorre muita malária. (Informações do arquivo de *O Estado de São Paulo*, Dados Econômicos.)

Ademais, há na agrovila uma escola de artesanato. No km 51 da Transamazônica, no sentido Marabá-Altamira, há uma escola primária muito rústica, erguida com o auxílio dos colonos. Existem cerca de 2000 crianças em idade escolar e quatro escolas.

No decorrer de pouco mais de dois anos, o sistema propiciou a instalação de cerca de 8000 habitantes (81 famílias em 1971, 529 em 1972, prevendo 1000 famílias em 1973) numa área cuja população rural em 1972 foi estimada em 32.000 habitantes.